

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Guida Mesquita**  
Mestranda em Educação  
**Orientador: Prof. Dr. Rogério Drago**  
PPGE/CE/UFES  
guidamesquita@hotmail.com

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MENTAL NO CICLO INICIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**RESUMO**

O trabalho investiga como tem sido realizado o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita para criança com deficiência mental matriculada no ciclo inicial do ensino fundamental. Analisar o trabalho pedagógico realizado regularmente em sala de aula comum, sinalizando o atendimento educacional especializado (AEE), no que concerne à apropriação da leitura e da escrita pelo aluno matriculado. A metodologia no campo da pesquisa a ser realizada envolve uma revisão da literatura, considerando estudos que trazem uma abordagem sócio-histórica, uma análise da bibliografia especializada, a coleta de informações por meio de entrevistas e o acompanhamento da criança com deficiência mental na escola municipal de ensino fundamental (EMEF) da Prefeitura de Vitória. Essa pesquisa está sendo conduzida a partir de um estudo de natureza qualitativa com um estudo de caso do tipo etnográfico.

A perspectiva teórica adotada neste estudo está fundamentada em Bakhtin, que defendeu uma abordagem dialógica, e nos estudos de Vigotski, que abordam as questões da aprendizagem acontecendo por meio da mediação com o outro contemplando, também, as contribuições de seus seguidores. A pesquisa ainda está em andamento, os dados estão sendo coletados, portanto não há um resultado concluído dos fatos.

**Palavras – chave:** Inclusão. Deficiência Mental. Apropriação da Linguagem Oral e Escrita

## INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, a alfabetização escolar tem enfrentado divergências teóricas e metodológicas fazendo com que a escola e mais precisamente os profissionais que trabalham com a alfabetização tomem uma posição com relação às práticas pedagógicas.

A alfabetização representa uma das questões sociais fundamentais nas sociedades pelo fato das pessoas necessitarem da comunicação por todos os meios no mundo globalizado, mas ainda existe uma lacuna em meio a tantos questionamentos com relação, por exemplo, sobre quais são os verdadeiros entraves na alfabetização. Tantas formações, estudos, iniciativas de programas são criados com intuito de solucionar as causas desse fracasso e ainda, assim, constatamos problemas com a aquisição da leitura e da escrita pelos estudantes.

Podemos enfatizar alguns questionamentos para reflexão como, por exemplo: Quem são os alunos que não estão sendo alfabetizados na escola? Por que não conseguem se apropriar da leitura e da escrita? Essas problematizações estão atreladas a uma determinada classe social? Estão atreladas a visões biologizadas? Existem preconceitos arraigados a algum estigma?

A aprendizagem da língua escrita não se realiza por um processo mecânico de associação dos sons e das letras. As crianças, ao aprenderem a ler e a escrever, constroem hipóteses sobre essas relações, que se distinguem do modo como a língua escrita era ensinada.

Para que isso aconteça, é preciso mostrar à criança as possibilidades de escrita, mostrar que o objetivo da escrita é a leitura, que o desenho das letras é arbitrário, geral e exige aprendizado, esforço e constância. Esses são os primeiros passos para que ela entenda a diferença entre a escrita e a fala. É interessante termos clara essa relação entre a língua falada e a língua escrita.

Precisamos conceder uma atenção maior à alfabetização nas séries iniciais, principalmente nessa fase do ciclo inicial de aprendizagem e, mais especificamente, à alfabetização da criança com deficiência mental. É notável que existam muitos casos de crianças que não acompanham as atividades trabalhadas pelo professor e que precisam de uma mediação pedagógica para obter avanços. Essas crianças ficam esquecidas na sala de aula, sendo apenas cuidadas, ou desenhando/pintando, sem nenhuma intervenção pedagógica. A inclusão no processo de leitura e escrita é um dos principais momentos na vida de uma criança, por isso a dedicação, o incentivo, o cuidado e o conhecimento precisam estar voltados para o que lhe é de interesse.

É nesse sentido que pensamos investigar como se tem realizado o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita para crianças com deficiência mental matriculadas no ciclo

inicial do ensino fundamental. Visando acompanhar como acontece a alfabetização dessas crianças, esse estudo tem a intenção de pesquisar na prática as maneiras como procedem os caminhos da leitura e da escrita e os possíveis avanços para outros anos no ciclo inicial de aprendizagem. Então, é nessa direção que os estudos irão fluir na condição de contribuir na prática com os planejamentos, estruturação do currículo, diálogos com os profissionais que acompanham as turmas do ciclo, analisar a aquisição dos conhecimentos pela criança com deficiência mental, dentre outras ações, inclusive tentando esclarecer aos profissionais envolvidos o que é alfabetizar e qual o seu papel nesse processo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Nossa intenção é desenvolver estudos que contribuam para garantir a todas as crianças o direito a uma educação que lhes dê liberdade de vez e de voz, reside na percepção da necessidade de que nossas ações potencializem a formação da consciência crítica, que instiga a investigação.

Segundo Gontijo (2002), alfabetizar, ensinar a ler e a escrever não é uma ação simples. Sabemos que, independente da origem social e das condições econômicas e culturais, todas as crianças têm o direito de aprender a ler e a escrever. Em geral, está previsto na legislação brasileira que todas têm direito à educação.

Na verdade, pensar na leitura e na escrita da criança é começar, desde cedo, a envolvê-la no mundo da alfabetização, proporcionando condições para que possa avançar cada vez mais, a ponto de querer buscar conhecimentos por vontade própria.

A leitura e a escrita precisam ser trabalhadas simultaneamente para que a criança possa perceber as diferenças e a interligação de uma com a outra.

Diante do exposto, é necessário pensarmos um conceito de alfabetização para orientar a nossa prática pedagógica. De acordo com Gontijo; Schwartz (2009), as práticas alfabetizadoras necessitam transformar os moldes antigos de ensinar a leitura e a escrita, que interiorizam apenas o ensino e a aprendizagem de unidades menores da língua, como letras, sílabas, palavras e frases descontextualizadas. Então, acreditando nessas novas práticas alfabetizadoras podemos conseguir melhores resultados na alfabetização trabalhando essas relações com a produção de textos, com a leitura envolvendo todo um processo lúdico nas atividades que integram os conhecimentos.

Considerando-se que toda criança tem direito de estar na escola aprendendo a ler e a escrever, então, tem-se que garantir à criança com deficiência mental a oportunidade de estar junto com outras que não apresentem deficiências nesse processo de leitura e escrita. A diferença não pode subtrair a essência, não pode destituir da pessoa sua essência como ser humano de modo que seja caracterizado como aquele que não tem habilidades. Não podemos generalizar, pois a deficiência não anula na pessoa suas outras possibilidades. O currículo para a pessoa com deficiência geralmente é desconsiderado na medida em que deixamos de lado atividades importantes e permitimos a realização de atividades sem objetivos como, por exemplo, deixar que a criança fique na sala de aula pintando e desenhando ou brincando com jogos sem uma intervenção pedagógica do profissional.

Construir uma escola e uma educação calcada nos princípios da educação inclusiva nada mais é do que garantir o acesso, a permanência e o sucesso do sujeito ao conhecimento culturalmente produzido e acumulado pela humanidade (DRAGO, 2011, p. 151).

Nessa linha teórica é que pretendemos subsidiar este estudo. As reflexões realizadas neste trabalho buscam um olhar diferenciado sobre a apropriação da língua oral e escrita nos primeiros anos de inserção da criança no Ensino Fundamental. Dessa forma, propõe-se refletir e problematizar a produção oral e escrita feita em uma classe de alfabetização de crianças de seis anos no ciclo inicial de aprendizagem com deficiência mental, no ensino fundamental, quando lêem e escrevem para o outro. Para tanto, é necessária uma abordagem metodológica adequada à perspectiva teórica adotada neste estudo fundamentada em Bakhtin, que defendeu uma abordagem dialógica, e nos estudos de Vigotski, que abordam as questões da aprendizagem acontecendo por meio da mediação com o outro e também contemplar as contribuições de seus seguidores.

## **OBJETIVO GERAL**

- Investigar como tem sido realizado o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita para crianças com deficiência mental matriculadas no ciclo inicial do ensino fundamental.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Entender quais sentidos tem sido atribuídos pelos professores ao ensino da leitura e da escrita.

- Identificar como e em quais momentos do processo de aprendizagem a criança responde aos estímulos e aos ensinamentos oportunizados em sala de aula.
- Compreender como são os momentos de interação com o grupo da sala e com os demais profissionais da escola.
- Problematizar como esses alunos vivenciam tais experiências.
- Entender que análises podem ser feitas sobre as práticas adotadas para o ensino da leitura e da escrita.
- Observar se as crianças com deficiência mental são incluídas nas práticas pedagógicas da escola, pois a leitura e a escrita perpassam em todos os ambientes.
- Entender como tem sido realizado o atendimento educacional especializado<sup>1</sup> com foco na alfabetização desses sujeitos.

## **METODOLOGIA**

A metodologia no campo da pesquisa a ser realizada envolve uma revisão da literatura, considerando estudos que trazem uma abordagem sócio-histórica, uma análise da bibliografia especializada, a coleta de informações por meio de entrevistas e o acompanhamento do sujeito de pesquisa de uma escola municipal de ensino fundamental (EMEF) da Prefeitura Municipal de Vitória. A análise será sobre o processo de leitura e escrita da criança com deficiência mental matriculada no ciclo inicial de aprendizagem do ensino fundamental.

Essa pesquisa será conduzida a partir de um estudo de natureza qualitativa. O sujeito/local de pesquisa que contemplasse meus anseios foi escolhido por fazer parte do quadro de funcionários atuando como Pedagoga durante doze anos, na rede municipal de Vitória/ES, portanto, a pesquisa será desenvolvida em uma escola do município. A outra condição é que o sistema educacional de Vitória/ES apresenta uma proposta de trabalho que consiste em colocar nas escolas um professor especializado em educação especial e uma estagiária para acompanhar a criança com deficiência, promover a formação desses profissionais, dispor de uma equipe da Secretaria Municipal de Educação – Coordenação de Formação e Acompanhamento à Educação Especial (CFAEE) – para acompanhar os trabalhos. Segundo Drago (2005), no início de 1991, a Educação Especial do município de Vitória deu seu primeiro passo após avanços consideráveis

---

<sup>1</sup> AEE Conforme a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, do MEC (Ministério de Educação), Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica, o AEE (Atendimento Educacional Especializado), tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

na educação. Foi nessa década que apareceram crianças com vários tipos de deficiências nas escolas.

A coleta de dados se dará em uma EMEF do Sistema de Ensino Municipal de Vitória, por meio de observações em sala de aula, entrevistas com os professores e análise documental da escola como o Projeto Político Pedagógico, Plano de Ação e relatórios sobre a criança.

A análise dos dados será feita com base nas informações obtidas, correlacionada com os estudos realizados no decorrer do curso de mestrado.

Pensando em evidenciar os estudos em fatos contextualizados com a realidade vivida pelos investigados, foi delineado nessa pesquisa o estudo de caso do tipo etnográfico. De acordo com Michel (2009) o método do estudo de caso procura entender os fatos, então, baseia-se na investigação de casos isolados ou de pequenos grupos. É um estudo que compreende os sujeitos no seu próprio contexto na busca de muitas informações, na utilização de diferentes técnicas de coleta de dados com a finalidade de colher variedades nos fatos e fazer uma conclusão indutiva das questões propostas, ou seja, as abstrações são construídas à medida que os dados obtidos são agrupados.

Os sujeitos deste estudo compreenderão: aluno com deficiência mental, regularmente matriculado no 1º ano do Ensino Fundamental, em processo de alfabetização apresentando um diagnóstico mediante laudo médico e frequentando atendimento educacional especializado no contra turno e principal sujeito desta pesquisa; professora regente; professores de Educação Física e Arte; professora de Educação Especial; pedagoga e diretor.

## **DESENVOLVIMENTO**

Após muitas experiências e contatos com diversas escolas, realidades e municípios com relação às crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, observamos várias situações acontecendo como, por exemplo, estabelecer um discurso que essas crianças estão na escola apenas para “socialização” porque não conseguem aprender os conhecimentos ensinados para as outras crianças sem deficiência.

Portanto, é um motivo a mais para que o ensino se atualize com professores aperfeiçoando as suas práticas, pensando antes de realizar as ações pedagógicas, que subjetividades estão formando. Estudos têm revelado que grande parte do sucesso da inclusão depende do trabalho

pedagógico adequado às diversidades dos discentes no cotidiano escolar (DRAGO, 2003). Contudo, há que se considerar também, para pensar em agir em relação às mudanças no contexto do cotidiano escolar, as dimensões da sociedade que interferem diretamente na escola, seja em nível político, cultural, econômico ou social.

Vale destacar que na Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e no Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ambos assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 (BRASIL, 2010).

A Resolução diz que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e outras modalidades de ensino e, como parte integrante da educação regular, deve ser prevista no projeto político-pedagógico da escola. O documento determina que os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em classes comuns. Caberia às escolas pensar nas possibilidades de ações organizadas e articuladas por suas equipes no sentido de olhar para cada um deles, relacionar suas necessidades e elaborar um planejamento para atender, inclusive, a criança com deficiência mental, aspecto que consideramos fundamental nesta pesquisa.

De acordo com Drago (2011), em 2009, a Resolução 4 da CNE/CEB (BRASIL, 2009) traz, em termos claros, quem é esse público-alvo da educação especial e, de certa forma, a terminologia adequada para se referir a esse público – pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, bem como para garantir seu atendimento educacional especializado. O documento traz um esboço considerando alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos a longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial (surdez e cegueira); com transtornos globais de desenvolvimento, aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, com comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou nas estereotípias motoras, alunos com autismo clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett e transtornos invasivos (psicoses) sem outra especificação; altas habilidades/superdotação, aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas – intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Além disso, essa classificação e/ou aceitação da terminologia científica pode caracterizar o fato de que as diferenças existem, precisam ser respeitadas e não podem ser normalizadas, pois, caso sejam encaradas como normais, não

precisarão acontecer mudanças significativas no contexto social como um todo (DRAGO, 2011, p. 83).

Entretanto, o domínio da escrita traz consequências sociais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprende a usá-la. Em outras palavras: do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever – alfabetizar-se, deixar de ser analfabeto, tornar-se alfabetizado de forma crítica –, tem consequências para o indivíduo e altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos.

Por tudo isso, deve ser uma preocupação das autoridades e dos profissionais envolvidos na educação que o grupo social não se conforme apenas com o saber ler e escrever; é preciso que aprenda a ler e a escrever de forma crítica, de forma emancipatória, como bem dizia Paulo Freire (1988) "a leitura não deve ser memorizada mecanicamente, mas ser desafiadora, que nos ajude a pensar e analisar a realidade em que vivemos" (p. 32). Nesse processo, a criança com deficiência mental também tem direito a essas linguagens.

Nessa perspectiva, compreendemos ser importante investigar o processo de alfabetização de sujeitos com deficiência mental, já que também são sujeitos de direitos e cidadãos.

## **CONCLUSÕES**

Considerando que essa pesquisa ainda está em processo de andamento, os trabalhos de pesquisa de campo já iniciaram com observações e acompanhamento da criança na escola nesse ano de 2014. Esta pesquisa se constituirá em estudos para a inclusão da criança com deficiência mental no contexto de linguagem da fala e da escrita.

Os dados preliminares têm mostrado que muitas crianças com deficiência mental chegam às escolas com vontade de aprender a ler e a escrever. Os pais dessas crianças querem ver seus filhos apropriarem-se da leitura e da escrita.

Com base na linha teórica abordada anteriormente é que pretendemos subsidiar este estudo, ciente das dificuldades e dos obstáculos que vamos encontrar e dispostos a superá-los ao longo da nossa caminhada.

Considerando os textos escritos por esses teóricos numa abordagem das questões humanas e sociais, acreditando nas culturas existentes no meio social, trabalhando com as práticas

pedagógicas numa perspectiva sócio-histórica, esta pesquisa se constituirá em estudos para a inclusão da criança com deficiência mental no contexto de linguagem da fala e da escrita.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010, que define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

DRAGO, Rogério. Formação de professores, saber docente e inclusão de alunos com necessidades educativas especiais: relações mútuas de um mesmo processo. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória: PPGE/UFES, v. 9, n. 17, jan./jun. 2003.

DRAGO, Rogério. **Infância, educação infantil e inclusão: um estudo de caso em Vitória**. 187 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2005.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na educação infantil**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **O processo de alfabetização**: novas contribuições. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; SCHWARTZ, Cleonara Maria. **Alfabetização**: teoria e prática. Curitiba: Sol, 2009.

MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. São Paulo: 2 ed, Atlas, 2009.